

IMPACTOS DISTRIBUTIVOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL AO LONGO DO SÉCULO XXI**Fernando Gaiger Silveira**

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea); e pesquisador associado do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (Made/USP). *E-mail:* <fernando.gaiger@ipea.gov.br>.

Theo Ribas Palomo

Pesquisador do Made/USP. *E-mail:* <theoribas@usp.br>.

Adriano Souza Senkevics

Pesquisador da Diretoria de Estudos Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Dired/Inep). *E-mail:* <adriano.senkevics@inep.gov.br>.

Matias Cardomingo

Coordenador do Made/USP. *E-mail:* <matiascardomingo@gmail.com>.

Laura Carvalho

Professora associada da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA) da USP; e diretora do Made/USP. *E-mail:* <lcarvalho@usp.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2825>

Este texto investiga os impactos do gasto público em educação sobre a desigualdade brasileira. Para tal fim, foram utilizadas duas fontes de dados: i) as três últimas edições da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes aos períodos 2002-2003, 2007-2008 e 2017-2018, incluindo a publicação inédita dos microdados de serviços não monetários em educação, disponibilizados nesta última edição; e ii) o investimento por aluno, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e imputado via POF aos alunos de escola pública, segundo os níveis educacionais. A partir de cada um deles, é possível reconstruir a renda familiar antes e depois das transferências via educação pública.

A essa análise, soma-se um panorama do acesso ao ensino público no Brasil para todos os níveis, da creche ao ensino superior. Nesse aspecto, destaca-se, do lado positivo, a quase universalidade do ensino fundamental, com um nível de matrículas do público-alvo próximo a 98%. Contudo, o prosseguimento no ensino mostra-se profundamente desigual, ao analisarmos os níveis seguintes. Enquanto apenas 56% dos jovens do público-alvo e pertencentes ao quinto de menor renda estão matriculados no nível médio, essa taxa sobe 34

pontos percentuais (p.p.) para o último quinto da renda. O cenário é ainda pior no ensino superior, em que a taxa de matrícula do público-alvo é de 6,5% para o quinto inferior e de 49% para o maior.

Por seu turno, a análise do impacto distributivo indica uma alta progressividade do gasto: enquanto o sistema público representa 93,3% dos gastos totais em educação para os 10% mais pobres da população, ele contribui para apenas 13,3% do total gasto pelos 10% mais ricos. Analisando-se a repartição do gasto público em educação entre os décimos de renda, é possível identificar que entre 52,99% e 55,24% do gasto se destinam aos primeiros quatro décimos de renda, que se apropriam de apenas 9,31% da renda total. Enquanto isso, os 20% mais ricos da população representam 60,95% da renda total, mas sua participação no gasto público está entre 10,47% e 12,24%.

Quando incluímos a dimensão racial, é possível notar que famílias cuja pessoa responsável é negra (preta ou parda, segundo o IBGE) possuem maior participação do gasto público no gasto total com educação, quando comparadas a famílias chefiadas por pessoas brancas. Essa diferença está presente em todos os estratos de renda analisados e se torna tão maior quanto mais elevado o estrato.

SUMEX

Por fim, analisando-se o impacto de cada etapa de ensino sobre a desigualdade, percebe-se que o ensino fundamental se destaca por ter o maior impacto progressivo. O ensino superior, por sua vez, é o único que apresenta um impacto regressivo, tendo uma distribuição mais concentrada que a renda final, pelo menos até o 85º centil.

Como um todo, o impacto da educação pública sobre a desigualdade representa uma redução do índice de Gini entre 5,22%, a partir de dados da POF, e 9,62%, considerando-se os dados do Inep. Este último, passível de comparação com pesquisas anteriores, representa a maior contribuição para a queda da desigualdade entre os três períodos analisados. A decomposição do Gini indica que o impacto positivo crescente da educação sobre a desigualdade se deve tanto ao aumento da participação do gasto público em educação no orçamento das famílias, em especial entre 2002 e 2003 e 2008 e 2009, quanto ao aumento da progressividade desse gasto no período mais recente.